Em recente entrevista, Marina Silva disse que "a melhor forma de ajudar o povo cubano é compreender que podem fazer a transição do atual regime para democracia" e que não era necessário cortar relações com a ilha. A candidata do PSB disse ainda que se for eleita ajudaria por meio da diplomacia a defender valores como os direitos humanos.

O assessor especial da presidente Dilma Rousseff para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, afirmou neste sábado, em resposta às declarações da candidata Marina Silva sobre Cuba, que o Brasil não tem uma "vocação imperial". Garcia, que está no cargo desde o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que qualquer tentativa de opinar sobre a situação interna de outro país é contrária à posição da diplomacia brasileira. (Esqueceu que o governo brasileiro de Lula --Garcia era o seu assessor internacional-- levou ao presidente deposto Manuel Zelaia escondido no portamala de um carro diplomático brasileiro para dentro da embaixada do Brasil em Honduras rescentemente).

"O Brasil não é uma agência de certificação que distribui definições sobre outros países. Respeitamos Cuba, assim como os Estados Unidos, França e a China, por exemplo", declarou para a Agência Efe.

"Não temos posição de intervir em nenhum país do mundo e respeitamos o princípio da autodeterminação. Isto fundamentou nossa relação na América Latina e no Caribe. Os rumos do Estado cubano serão tomados exclusivamente pelos próprios cubanos", afirmou Garcia, que já foi presidente do PT.

O atual governo financia a modernização do Porto de Mariel, em Cuba, por um valor de US$ 957 milhões, a maior parte por meio de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O investimento é apontado como estratégico para o comércio brasileiro na região caribenha.

O assessor especial também rejeitou a ideia de Marina Silva de que é preciso "relançar" as relações com os Estados Unidos. "Que eu saiba não houve ruptura de relações", justificou Garcia.

Dilma Rousseff cancelou em 2013 uma visita oficial a Washington após a revelação feita pelo ex-analista da Agência Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden de que a presidente e outras autoridades tinham sido espionadas pelos EUA.

García contou que se reuniu no início de setembro com a secretária de Estado dos EUA para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, e classificou o caso como uma "mancha".

"Se a candidata (Marina Silva) não considera isto relevante me surpreende muito, não é algo irrelevante, o que não quer dizer que se acredita em um clima de hostilidade permanente, vamos ter de discutir como superar esta mancha", avaliou o assessor especial.

Garcia sustentou que o governo quer uma relação "simétrica" com Washington.

"O Brasil sabe da importância que os Estados Unidos têm no mundo e nas Américas e temos de ver as formas para que estes episódios não voltem a se reproduzir. Queremos ter uma relação simétrica, não uma relação assimétrica", declarou.

Para García, as propostas de governo apresentadas por Marina Silva "são contraditórias". O assessor ressaltou que o mandato de Dilma foi marcado pela crise mundial e o papel do G20.

O assessor especial afirmou que as crises financeiras nos EUA e Europa geraram novos cenários, sobretudo com os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). "Em 2010 os Brics eram apenas uma ideia, hoje têm uma consistência maior, com um fundo de reservas, o banco dos Brics", comemorou.

O assessor se referiu ainda à flexibilização do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela) proposta por Marina Silva para se poder negociar unilateralmente e em

velocidades diferentes um acordo de livre-comércio com a União Europeia.

"Atualmente a única proposta consistente que temos é sobre um acordo Mercosul-UE e estamos dispostos a concluí-lo. Entregamos uma oferta comum e o que sabemos até agora é que a UE não tem uma posição comum", declarou.

Garcia disse que a intenção dos países do bloco é apostar em um acordo dentro da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo o assessor, a diplomacia do Brasil quer "consolidar o Mercosul e transformá-lo em uma união aduaneira e para isso deve persistir na relação com seus membros", à espera dos próximos possíveis sócios, como a Bolívia e Equador.

"O comércio intra-Mercosul é muito relevante. Argentina é um dos três principais parceiros comerciais do Brasil. E se a expansão nesse comércio não é maior é em função de dificuldades mundiais e regionais", disse.